



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

PUBLICAÇÃO DOS EXTRATOS DAS DELIBERAÇÕES AUTÁRQUICAS E DECISÕES DOS RESPETIVOS TITULARES COM EFICÁCIA EXTERNA (N.º 1 E 2 DO ARTIGO 56.º, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO). A LEITURA DESTES EXTRATOS NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS PROCESSOS RESPETIVOS.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO

Deliberação 1886 (Processo 46453)

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em 2015 – União das Freguesias (UF) de Souselas e Botão – projeto de passeios do Instituto Educativo de Souselas/Marmeleira

Aprovado o projeto da obra n.º 1 - Passeios do Instituto Educativo de Souselas/Marmeleira – 1.ª fase – constituído pelas peças escritas e desenhadas, com a estimativa orçamental para a execução dos trabalhos no valor de 50.130,05€ (IVA incluído), conforme mapa de medições e orçamento, para posterior envio à UF de Souselas e Botão.

Deliberação 1887 (Processo 46549)

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em 2015 – UF de S. Martinho de Árvore e Lamarosa – projetos

Aprovado o novo projeto para a obra n.º 6 – “Construção de Valetas em Betão – Diversos Locais”, que consiste na construção de valetas em betão na Rua Principal e no Largo José da Costa Cavaleiro, na localidade de Andorinha, na Rua do Outeiro, Rua Nossa do Bom Despacho e Rua Fonte de Santo Antão, na localidade de Casal das Figueiras e na Rua da Fonte, em Vila Verde, com a estimativa orçamental para a execução dos trabalhos de 16.341,58€ (+ IVA), conforme mapa de medições e orçamento, para posterior envio à UF de S. Martinho de Árvore e Lamarosa.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Deliberação 1859 (Processo 82728)

SMTUC – Subsídio ao Investimento – ratificação
Ratificado o despacho do presidente que autorizou a transferência de uma verba para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, no montante de 506.934,63€, destinada à cobertura financeira de diversos investimentos realizados em 2014 e 2015.

EDUCAÇÃO

Deliberação 1880 (Processo 47217)

Programa Educativo “Em Coimbra há Ciência para Todos”
Emitido parecer prévio favorável à aquisição do programa educativo “Em Coimbra há ciência para todos”, a executar até 31 de julho de 2017, traduzindo-se essa aquisição no montante estimado global de 125.000€ (+ IVA).

PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA

Deliberação 1857 (Processo 46837)

Proposta de criação de equipa de projeto para o Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco
Criada a equipa de projeto para a “Implementação, Programação e Gestão do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco”, nos seguintes termos:

Designação: “Implementação, Programação e Gestão do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco” (CECC do Convento de S. Francisco);

- Duração: 1 ano, sem prejuízo de o referido prazo ser interrompido ou prorrogado por deliberação da Câmara Municipal, devidamente fundamentada;
- Objetivos a alcançar: estratégicos gerais, específicos e linhas de ação a ter em conta pela equipa de projeto:

O CECC do Convento de S. Francisco deve apontar como objetivos estratégicos gerais:

- Potenciar um novo circuito de turismo de negócios;
- O CECC do Convento de S. Francisco pretende promover a cidade como destino de turismo de negócios;
- Potenciar sinergias com os agentes académicos, científicos e empresariais da região

Neste sentido, a articulação faz-se com as instituições de produção de conhecimento (universidades, institutos superiores, parques tecnológicos, incubadoras, centros de investigação, entre outros), potenciando contextos de trabalhos inovadores, transnacionais e com mais capacidade de internacionalização.

- Complementar a oferta cultural de Coimbra, articulando as suas valências e programação com o sistema cultural do território

Através de um serviço educativo que atue em permanência, o CECC do Convento de S. Francisco deve promover uma relação de proximidade e complementaridade com os restantes equipamentos da cidade, nomeadamente criando sinergias de programação que potenciem visitas conjuntas e atraiam novos públicos à cidade. A programação deve contemplar eventos distintivos e de dimensão nacional e internacional, nomeadamente através de redes.

Este trabalho de parceria deve estender-se a outros agentes da cidade, nomeadamente as estruturas de índole científica, ativando a inovação e possibilidades de trabalho em conjunto.

A partir dos objetivos mais genéricos acima referidos, devem operacionalizar-se como objetivos específicos, também de acordo com cada valência do equipamento:

- Acolher e organizar grandes eventos temáticos nacionais e internacionais

O espaço destinado a um Centro de Congressos acolherá conferências, congressos e outros eventos de grande dimensão, nacionais e internacionais, privilegiando a área do conhecimento, da inovação e da saúde.

- Recolher e disponibilizar informação, documentação e registos sobre a cidade de Coimbra;

Através da criação de uma valência que privilegiará a história da cidade e que acolherá e registará documentação para disponibilização aos visitantes, investigadores, fazendo cumprir assim a sua missão de agente cultural da cidade.

- Promover relações de colaboração e parceria com entidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

O CECC do Convento S. de Francisco suportará a sua atividade também com base no desenvolvimento de redes de trabalho com entidades congêneres e outros equipamentos que se relacionem com a sua missão e objetivos. A este respeito é de salientar a promoção da criação artística, nomeadamente através de residências artísticas.

meadamente através de residências artísticas.

- Coordenador do projeto: Fernando Zeferino Ferreira;
- Recursos humanos: 6 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos e 4 assistentes operacionais, com competências e capacitação nas áreas de atuação abrangidas pelo projeto, aos quais compete executar as funções e tarefas determinadas e que sejam necessárias para a concretização dos objetivos;
- A equipa de projeto considera-se automaticamente extinta uma vez decorrido o prazo pelo qual foi constituída, sem prejuízo de o referido prazo poder ser prorrogado por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta fundamentada do presidente, a qual deve referir, designadamente, o grau de cumprimento dos objetivos inicialmente estipulados.
- Extinta a equipa de projeto, o coordenador do projeto elabora um relatório da atividade desenvolvida e dos resultados alcançados, que é submetido à apreciação da Câmara Municipal.

Deliberação 1871 (Processo 45202)

Associação Exploratório Infante D. Henrique – cedência de parcela de terreno em direito de superfície; Alvará de loteamento n.º 432 – cedência para o Município de Coimbra – desafetação do domínio público – Equipamento/Verde e desanexação de parcelas

Desafetada do domínio público do Município uma parcela com a área de 50.358,40m2, para o seu domínio privado, com envio à Assembleia Municipal;

Aprovada a desanexação de cada uma das parcelas correspondentes aos edifícios/equipamentos construídos, conforme projeto aprovado.

As parcelas de terreno a desanexar são:

- Parcela de terreno destinada ao Complexo de Piscinas Descobertas, com a área total de 2903m2, sita na Quinta da Várzea, UF de Santa Clara e Castelo Viegas, a confrontar de Norte, Sul, Nascente e Poente com o Município de Coimbra. O valor da parcela em questão é de 87.090€;
- Parcela de terreno destinada ao Exploratório Coimbra Viva – 1.ª Fase, com a área total de 2880m2, sita na Quinta da Várzea, UF de Santa Clara e Castelo Viegas, a confrontar de Norte, Sul, Nascente e Poente com o Município de Coimbra. O valor da parcela em questão é de 86.400€;
- Parcela de terreno destinada ao Exploratório Coimbra Viva – 2.ª Fase, com a área total de 2546m2, sita na Quinta da Várzea, UF de Santa Clara e Castelo Viegas, a confrontar de Norte, Sul, Nascente e Poente com o Município de Coimbra. O valor da parcela em questão é de 76.380€;

Aprovadas as plantas cadastrais e o respetivo valor das parcelas a integrar o domínio privado do Município, conforme acima indicado.

Deliberação 1872 (Processo 47214)

Empreitada de Acabamentos do Parque de Estacionamento do CECC do Convento de São Francisco: impugnação/reclamação da decisão de adjudicação pelo concorrente Tecnorém.

Indeferida a impugnação apresentada pelo concorrente Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A. ao concurso público “Acabamentos do Parque de Estacionamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco/Coimbra”, relativamente aos documentos de habilitação do adjudicatário, nada obstante, assim, a que seja outorgado o contrato escrito da referida empreitada.

Deliberação 1873 (Processo 46985)

Empreitada de Acabamentos do Parque de Estacionamento do CECC do Convento de São Francisco: minuta do contrato

Aprovada a minuta do contrato de empreitada de “Acabamentos do Parque de Estacionamento do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco/Coimbra”, a celebrar entre o Município de Coimbra e a sociedade “Veiga Lopes, S.A.”.

Deliberação 1885 (Processo 46721)

Apoios concedidos exceção com isenção de taxas (Cultura) – ratificação

Ratificados os despachos que aprovaram os seguintes apoios concedidos exceção com isenção de taxas e preços: Cedências das salas Francisco Sá de Miranda, Polivalente e Casa da Escrita:

- Confraria Gastronómica Panela ao Lume – apresentação de livro – 10/12/2015 – 86,10€;
- Palimage/Terra Ocre Edições – lançamento de livro – 17/12/2015 – 86,10€

Ratificados os despachos que aprovaram os seguintes apoios concedidos exceção com isenção de taxas e preços:

- Cedência de cadeiras:
- Lar “O Girassol” – Lar de Infância e Juventude – Festa de Natal – 16/12/2015 – 31,37€
- Ass. Pais e Encarregados Educação da EBI de Fala – Festa de Natal – 18/12/2015 – 55,35€.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

Deliberação 1856/2015 (Processo 46955)

Corta Mato Distrital de Coimbra – Praça da Canção e Parque Verde do Mondego (margem esquerda) – 25 e 26 de janeiro – apoio

Apoia a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro, na realização do Corta Mato Distrital de Coimbra, que terá lugar no próximo dia 26 de janeiro, no Parque Verde do Mondego (margem esquerda) e Praça da Canção, mediante prestação dos apoios solicitados, com isenção do pagamento de taxas, nos termos e condições plasmados nos pareceres das unidades orgânicas previamente consultadas, no valor de 2992,18€, assim discriminados:

- Serviço Municipal de Proteção Civil – 38,40€
- Companhia de Bombeiros Sapadores – 1589,39€
- Serviço de Polícia Municipal – 1033,20€
- Gabinete de Serviços Especiais – 61,20€
- Divisão de Infraestruturas, Espaço Público e Trânsito – 86,62€
- Divisão de Espaços Verdes e Jardins – 11,07€
- Divisão de Ambiente – 172,30€.

AÇÃO SOCIAL

Deliberação 1875/2015 (Processo 46877)

Banco Alimentar Contra a Fome de Coimbra – protocolo de cooperação

Aprovada a proposta de protocolo de cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal e o Banco Alimentar Contra a Fome de Coimbra, revogando, deste modo, o protocolo de cooperação existente (deliberação n.º 7095/97 de 15/9/1997), com a atribuição anual de um apoio financeiro no valor de 2500€ para fazer face ao funcionamento do armazém, nomeadamente nas despesas de água, luz e gás.

Deliberação 1876/2015 (Processo 38212)

Programa Teleassistência – protocolo

Aprovado o aditamento ao Protocolo de Cooperação no âmbito do Programa de Teleassistência, com envio à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Deliberação 1877/2015 (Processo 37951)

Fundo de Emergência Social – apoio às pessoas em situação sem-abrigo

Atribuído um subsídio à AMI – Assistência Médica Internacional, mediante a celebração de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Social, no montante de 3000€, referente ao ano de 2015 e destinado ao fundo de emergência social para apoio às pessoas em situação de sem-abrigo.

Deliberação 1879/2015 (Processo 46019)

Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra – contrato-programa de desenvolvimento social – apoio financeiro

Aprovada a proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Social a celebrar entre a Câmara Municipal e a Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra, que contempla um apoio financeiro no valor de 10.000€ à Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra para continuidade do desenvolvimento das atividades dos utentes dos equipamentos sociais Casa da Mãe e Centro de Acolhimento do Loreto.

HABITAÇÃO

Deliberação 1881/2015 (Processo 47023)

Terreiro da Erva n.º 9 a 11 – indemnização ao inquilino municipal do R/C – Casa de Pasto

Ratificada a deliberação n.º 1624/2015, de 7/9/2015, considerando que seja atribuído o montante total de 4852€, correspondendo a 604€ mensais durante 8 meses, a João Garcia dos Santos, arrendatário do estabelecimento comercial no edifício municipal sito no Terreiro da Erva n.º 10, a título de compensação pela cessação temporária de atividade por perda de negócio em resultado das obras que a Câmara Municipal vai levar a efeito no imóvel.

Deliberação 1882/2015 (Processo 46514)

Proposta de mudança de habitação do agregado familiar – Bairro do Ingote, lote 8, r/c esquerdo

Celebrado um contrato de arrendamento apoiado para habitação, com vista à mudança de habitação do agregado familiar de M.L.N., residente na Urbanização Quinta da Varella – Rua do Parque, Lote 92-1.º Dto. S. Silvestre, em regime de subarrendamento, para a habitação municipal sito no Bairro do Ingote – Lote 8 – r/c esq., com uma renda mensal de 6,01€, sendo que, para o efeito, é necessário proceder a algumas obras de adaptação na habitação e nos acessos por administração direta; negociado com a FUNDIMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., a cessação do contrato de arrendamento.

Deliberação 1883/2015 (Processo 19021)

Proposta de resolução do contrato de arrendamento – Bairro da Rosa, lote 16, cave esquerda

Interposta ação de resolução do contrato de arrendamento, celebrado a 9/12/2013 entre a Câmara Municipal e H.L.M.A., referente à habitação sito no Bairro da Rosa, Lote 16 – cave esquerda, e consequente despejo.

Deliberação 1884/2015 (Processo 18993)

Proposta de resolução de contrato de arrendamento – Bairro da Rosa, lote 13, 1.º direito

Interposta ação de resolução do contrato de arrendamento, celebrado a 3/2/2006 entre a Câmara Municipal e T.M.U., referente à habitação sito no Bairro da Rosa, Lote 13 – 1.º direito, e consequente despejo.

AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

Deliberação 1855/2015 (Processo 46674)

AC, Águas de Coimbra E.M. – Compensação por perda de negócio

Tomado conhecimento do despacho do presidente, de 17/12/2015, que autorizou a transferência, para a “AC Águas de Coimbra, E.M.” da importância de 500.000€, valor que se enquadrava na compensação por perda de negócio decorrente da suspensão da venda de água tratada às autarquias locais da Mealhada, Miranda do Corvo e Penacova.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Deliberação 1878/2015 (Processo 46646)

Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra – proposta de pagamento de quotas
Regularizada a dívida com a Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra, pagando as comparticipações anuais referentes aos anos de 2013 e 2014, no montante global de 4987,98€, nos termos do protocolo celebrado com aquela entidade, em 15/10/1999; ratificado o conteúdo da deliberação da Câmara Municipal n.º 6660/2013, de 8 de abril, passando da mesma a constar: “Regularizar a dívida com a Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra, pagando as comparticipações anuais de 2010, 2011 e 2012, num valor total de 7481,97€ e nos termos do protocolo celebrado com aquela entidade em 15 de outubro de 1999”.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Deliberação 1863/2015 (Processo 4371)

Maria Adelaide Fonseca – caducidade da operação de loteamento – Balancho – Vilarinho – Brasfemes – Reg. n.º 33870/2015

Declarada a caducidade do ato de aprovação da operação de loteamento em conformidade com os fundamentos enunciados na informação n.º 4371/2015/DGU e considerando a ausência de resposta ao ofício n.º 17635, de 17/7/2015.

Deliberação 1864/2015 (Processo 4180)

Raquel Mateus Gomes da Silva – projeto de arquitetura/ pedido de licenciamento/legalização de obras de alteração e ampliação de armazém em Alcazarques – UF de Trouxemil e Torre de Vilela – Reg. n.º 72701

Enquadrada a operação urbanística de ampliação da unidade de armazenagem, realizada sem licença municipal, na exceção prevista no artigo 27.º, n.º 4 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Coimbra; deferido o projeto de arquitetura que instrui os registos n.ºs 24029/2015 (exceto planta de implantação e de arranjos exteriores) e 72701/2015, nos termos e com as condições expressas na informação da Divisão de Gestão Urbanística acima referida.

Deliberação 1865/2015 (Processo 4370)

Fundial – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado – Regts. n.º 73170/2014 e n.º 70330/2015

Indeferido o pedido de licenciamento de operação de loteamento que instrui o processo n.º 27/2009/1985 com fundamento na informação da Divisão de Gestão Urbanística.

Deliberação 1866/2015 (Processo 46509)

Plural – Cooperativa Farmacêutica, CRL – isenção de taxas urbanísticas – aditamento à informação n.º 352/2015

Isentada a “Plural – Cooperativa Farmacêutica, CRL” do pagamento de taxas no âmbito do processo de obras n.º 01/2014/1846, nos termos e com os fundamentos da proposta de isenção contida na informação n.º 187, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, na qual se releva que a operação urbanística (obras de alteração do edifício sede, abrangendo a instalação de um posto privativo de abastecimento de combustível) visa a prossecução dos fins estatutários da requerente e mesmo a promoção da atividade socioeconómica dos seus membros.

Deliberação 1867/2015 (Processo 4167)

Acácio das Neves e Paiva – declaração de caducidade de operação de loteamento – Vila Franca – Santo António dos Olivais – Reg. n.º 13815/2015

Declarada a caducidade do ato de aprovação da operação de loteamento em conformidade com os fundamentos enunciados na informação n.º 4167/2015/DGU e considerando a ausência de resposta às notificações efetuadas no âmbito de audiência prévia de acordo com o Código de Procedimento Administrativo.

Deliberação 1868/2015 (Processo 209)

José António Correia da Silva – alteração ao alvará de loteamento n.º 274 – Urbanização da Quinta da Avenida – UF de Coimbra – Reg. n.º 9270/2015

Indeferido o pedido de alteração de licença de loteamento, titulado pelo Alvará n.º 274, com base na fundamentação de facto e de direito referida no capítulo III – proposta da informação n.º 1291/2015 da Divisão de Gestão Urbanística.

Deliberação 1869/2015 (Processo 4170)

José Ferreira Lopes – projeto de alterações do alvará de loteamento n.º 654, na E.M. n.º 537 – UF de Eiras e S. Paulo de Frades – Reg. n.º 55874/2015 e apresentação de garantia bancária – Reg. n.º 62027/2015

Deferido o pedido de alteração à licença do loteamento n.º 654, de acordo com as condições enunciadas na informação n.º 4170/2015/Divisão de Gestão Urbanística, notificando-se os requerentes em conformidade com o disposto na referida informação.

Deliberação 1870/2015 (Processo 43484)

Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – 1.º Relatório Intercalar – Fase A.1 – Caraterização e Diagnóstico (V2) – Parecer/contributos
Homologado o parecer técnico da Câmara Municipal de Coimbra, procedendo-se às competentes notificações.

OUTROS

Deliberação 1858/2015

Situação Financeira - conhecimento

Tomado conhecimento do balancete referente ao dia 18 de dezembro de 2015, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 17.458.404,84€, sendo as operações orçamentais no valor de 14.637.574,84€ e as operações não orçamentais no valor de 2.820.830€.

Deliberação 1860/2015 (Processo 37938)

Comparticipação em despesas com o Recenseamento Eleitoral de 2015

Transferido o montante de 1134,75€ para as Juntas de Freguesia (JF) e UF, nos seguintes termos:

- JF de Almalaguês – 39,61€
- JF de Brasfemes – 34,68€
- JF de Ceira – 43,24€
- JF de Cernache – 44,13€
- JF de Santo António dos Olivais – 212,39€
- JF de S. João do Campo – 34,79€
- JF de S. Silvestre – 38,98€
- JF de Torres do Mondego – 36,54€
- UF de Assafregas e Antanhol – 48,77€
- UF de Antuzede e Vil de Matos – 39,68€
- UF de Coimbra – 96,69€
- UF de Eiras e S. Paulo de Frades – 108,02€
- UF de Santa Clara e Castelo Viegas – 81,64€
- UF de S. Martinho da Árvore e Lamarosa – 39,41€
- UF de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades – 99,35€
- UF de Souselas e Botão – 48,25€
- UF de Taveiro, Ameal e Arzila – 45,06€
- UF de Trouxemil e Torre de Vilela – 43,47€

Prescindida a possibilidade de reservar até 10% do valor, para despesas próprias com as operações de recenseamento eleitoral, conforme previsto na lei e nos termos do despacho do presidente, de 14/12/2015.

Deliberação 1861/2015 (Processo 46290)

Alteração ao Orçamento n.º 20 e Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) n.º 19 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 21/2015) – conhecimento

Tomado conhecimento do despacho do presidente, de 14/12/2015, que aprovou a Modificação aos Documentos Previsionais n.º 21/2015 (Alteração ao Orçamento n.º 20 e Alteração às GOP n.º 19), no valor total de 852.948€ de reforços e de anulações no Orçamento da Despesa, sendo 852.290€ de reforços e de 852.798€ de anulações em despesas correntes e de 658€ em reforços e de 150€ em anulações de despesas de capital.

Deliberação 1874/2015 (Processo 45431)

Conceção e Produção do website do Convento de S. Francisco – parecer prévio

Emitido parecer prévio favorável à aquisição de serviços de conceção e produção de website para o Convento de S. Francisco, adequado às funcionalidades do espaço, estimando-se o valor global do contrato em 13.500€ e seguindo-se o procedimento regulado no Código dos Contratos Públicos.